

Temporalidades híbridas entre jovens rurais da Zona da Mata de Minas Gerais

Sheila Maria Doula*

Resumo

O artigo insere a juventude rural nos debates sobre as temporalidades híbridas contemporâneas e as formas de enfrentamento em face da sociedade da aceleração. A pesquisa foi realizada com 128 jovens rurais da Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil. As temporalidades juvenis são analisadas considerando-se três eixos: as relações geracionais, as responsabilidades ambientais e os fluxos entre campo e cidade.

Palavras-chave: temporalidades, juventude rural, relações campo-cidade.

Resumen

El artículo inserta la juventud rural en los debates sobre la temporalidad híbrida contemporánea y las formas de hacer frente a la aceleración de la sociedad. La encuesta se llevó a cabo con 128 jóvenes rurales en la Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil. Las temporalidades juveniles se analizan teniendo en cuenta tres ejes: las relaciones generacionales, las responsabilidades ambientales y los flujos entre campo y ciudad.

Palabras clave: temporalidades; juventud rural; relaciones campo-ciudad.

Abstract

This work places the rural youth in the debates over both contemporary hybrid temporality and ways of confrontation in spite of the ‘society of acceleration’. The survey data were collected from 128 rural youngsters in the region of Zona da Mata of Minas Gerais, Brazil. Youth temporalities were analyzed through three theoretical axes: the generational relations, environmental responsibilities and the flows between country and city.

Key words: temporalities, rural youth, rural-urban relations.

Introdução

O artigo analisa parte dos resultados obtidos com o projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do Programa Posdoctoral de Investigación Ciencias Sociales, Niñez y Juventud – CLACSO. O objetivo geral do projeto consistiu em analisar as representações de jovens rurais da Zona da Mata de Minas Gerais (Brasil) sobre a liberdade, entendida e

* Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, MG. Coordenadora do Observatório da Juventude Rural (UFV). E-mail: sheila@ufv.br

vinculada ao campo de possibilidades e restrições para a concretização dos projetos de vida. No decorrer da pesquisa a dimensão do tempo emergiu como parâmetro utilizado pelos jovens rurais para expressar aspectos valorativos que balizam as relações de conflito/diálogo entre rural e urbano, diferentes gerações e diferentes juventudes. O “tempo dos avós”, do trabalho e do lazer, a falta de tempo nas cidades ou mesmo a opção pela agricultura ecológica “mais lenta” foram referências constantes nas falas desses jovens e indicam uma escala valorativa que avalia as diferentes temporalidades vividas no cotidiano e também o maior ou menor grau de liberdade que eles desfrutam em relação aos outros, sejam eles os jovens urbanos ou os parentes mais velhos.

Neste artigo, portanto, o foco de análise é a percepção das temporalidades híbridas que se cruzam no contexto da ruralidade e como a partir de diferentes registros temporais os jovens rurais constroem suas trajetórias biográficas no presente e no futuro. Os aportes teóricos que permitem a interpretação sobre o prisma das temporalidades provêm da interface socioantropológica voltada ao rural, à juventude e ao tempo.

Os instrumentos metodológicos utilizados na pesquisa desenvolvida na Zona da Mata Mineira foram: 1) aplicação de questionário semiestruturado com 98 jovens de ambos os sexos, com idade acima de 18 anos, autodeclarados trabalhadores e residentes em 46 municípios da região; 2) questionário semiestruturado aplicado nas propriedades rurais de 20 jovens que realizam o trabalho sazonal na época da colheita – ou “panha” - de café; 3) entrevistas em profundidade com 10 jovens rurais não participantes das etapas anteriores da pesquisa.

Tempo e juventudes nas sociedades contemporâneas

O estudo sobre o tempo tem obtido lugar de destaque nas Ciências Sociais contemporâneas, embora não se constitua em um objeto novo. Basta retomar alguns exemplos das obras de antropólogos, sociólogos e historiadores para se ter uma dimensão da riqueza de enfoques disciplinares que o estudo do tempo permite. Durkheim, ao analisar a importância das representações coletivas, já havia chamado a atenção para duas características importantes: o tempo como ideia socialmente construída e sua função institucional de sincronizador dos ritmos de trabalho, de ócio e de rituais (Leccardi, 2014). Seguindo a filiação teórica do tempo como representação, análises sociológicas e antropológicas posteriores permitiram a ampliação de perspectivas comparativas com ênfase na diversidade das culturas e suas diferentes sintaxes do tempo, focalizando as formações

discursivas como expressão de temporalidades individuais e coletivas sancionadas culturalmente (Ricoeur, 1975).

Tanto Norbert Elias (1989) como Jacques Le Goff (1992) enfatizaram como a experiência do tempo própria da cultura ocidental e constitutiva do nosso processo civilizador permitiu uma concepção de história, entendida como acúmulo e sucessão de acontecimentos produtores de processos de transformação social. Para esses autores relógios e calendários, símbolos do tempo por excelência, sinalizam e orientam a regulação social para as condutas de acomodação ou de aceleração no presente. Le Goff (1992), em diálogo com Lévi-Strauss, retoma a distinção entre as sociedades “quentes” e “frias”, cujas temperaturas seriam medidas pelo termômetro dos ritmos mais rápidos ou vagarosos da passagem do tempo. Lévi-Strauss havia notado nas mitologias e nos rituais das culturas “primitivas” uma relação circular entre passado e presente que contrastava com a noção de tempo progressivo da civilização ocidental, o que lhe permitiu classificar as sociedades em diacrônicas ou sincrônicas, abertas ou fechadas aos processos de transformação social (Gell, 2014).

Se o tempo tem sido “bom para pensar” as diferenças culturais, a inserção de indivíduos e grupos sociais na história, as mudanças sociais e os aspectos subjetivos envolvidos em sua concepção, ele também possibilita elencar temas correlatos nos quais a temporalidade estabelece conexões, tais como a memória, a identidade, as relações geracionais, os projetos de vida ou mesmo os efeitos das tecnologias.

A permanência desses temas é notória atualmente no renovado interesse dos cientistas sociais pelo tempo em face da emergência de um novo modelo societário no qual prevalece uma percepção de aceleração temporal vertiginosa; verifica-se na contemporaneidade um sentimento generalizado de angústia justamente pela “falta de tempo”, falta esta medida pelo déficit entre a quantidade cada vez maior de atividades a cumprir e a cota finita de tempo para realizá-las (Leccardi, 2014). Stress e perda de qualidade de vida são, assim, outros temas que passam a interessar nas interfaces disciplinares que tomam o tempo em sua dimensão biopsicossocial.

Termos como “tempos líquidos” (Bauman, 2007), “sociedade de risco” (Beck, 1995), “sociedade em rede” (Castells, 2000) ou “sociedade da aceleração” (Leccardi, 2014) são alguns dos marcos teórico-conceituais construídos recentemente para interpretar os processos de incerteza, fragmentação e deslocamentos espaciais e temporais próprios da pós-modernidade. Leccardi ressalta que a sociedade contemporânea exalta a velocidade e estabelece como ideal normativo a simultaneidade, propiciada pelas novas tecnologias de comunicação, informação e transporte. Essa aceleração social tem implicações em todo o

plano social: no campo econômico a exigência capitalista de atrelar o tempo com a utilidade fugaz dos objetos intensifica o consumo; no plano cultural impõe-se a urgência de experimentar todas as possibilidades que a vida (finita e curta) oferece; no plano estrutural amplificam-se a complexidade social e os rápidos processos de transformação social. Se na modernidade, afirma Leccardi, os ritmos de mutação podiam ser medidos pela passagem mais lenta de gerações diferentes entre si, hoje uma mesma geração se vê confrontada com uma pluralidade instantânea de processos de transformação frente aos quais precisa se posicionar (Leccardi, 2014).

Autores como Bauman (2007) e Lyotard (1986) interpretam a sociedade contemporânea como período de liquefação do mundo sólido, no qual as instituições estáveis da modernidade - como o Estado-nação, a ciência, a escola e suas grandes narrativas sobre a organização política, a racionalidade instrumental e as identidades fixas - cedem lugar a uma configuração societária onde as conexões e desconexões são flexíveis, temporárias e conjunturais e disponibilizam uma gama quase infinita de escolhas e filiações individuais. Essa liberdade ampliada, entendida como pluralidade das oportunidades de eleição (Leccardi, 2014), no entanto, se tece em um “tempo das incertezas” e traz como consequências o sentimento de impotência e as percepções de risco na medida em que, desamparado pelas instituições sólidas, os indivíduos se vêm como únicos responsáveis pelo sucesso ou fracasso de suas escolhas.

Além disso, como ressaltam alguns autores, o desfrute dessa liberdade não é distribuído igualmente entre todos, na medida em que um patamar de dignidade humana, tal como prometido pelas instituições modernas (com acesso à saúde, educação, infraestrutura, tecnologias) ainda é interdito às populações das periferias urbanas, populações rurais e aos grupos étnicos (Bauman, 2007; Sen, 2000). Leccardi defende a tese de Bauman de que as desigualdades sociais se ampliam na contemporaneidade e hoje elas se situam também no campo de batalha que se configura em torno do tempo, na medida em que o acesso à simultaneidade, à instantaneidade, à mobilidade (e às novas tecnologias que as propiciam), bem como a construção de estratégias performáticas de “navegar” entre as regras do mercado global ou das novas tecnologias se traduzem nas novas formas de poder na contemporaneidade (Leccardi, 2014). Nesse novo mapa das desigualdades a categoria tempo adquire, então, um status de classificação e distinção entre aqueles adaptados e aptos a trafegar na sociedade da aceleração e aqueles que, na periferia do sistema, ainda estão “atrasados”.

Diversos autores têm procurado analisar as influências da aceleração do tempo na configuração das relações intra e intergeracionais, das novas formas de responsabilidade e ativismo social e nas formulações identitárias deste início de século. Beck e Beck-Gernsheim (2008) utilizam o termo “geração global” para definir os jovens que vivem em um contexto emergente de caráter transnacional, que coloca em xeque noções construídas na modernidade (como nacionalidade) que permitiam certa estabilidade para a elaboração das identidades em termos espaciais e temporais. As tecnologias contemporâneas (tanto dos meios de comunicação como as de informação) provocam o deslocamento do eixo tempo-espaco e permitem visualizar os acontecimentos de várias partes do mundo em tempo muito próximo ao real (Giddens, 1991), tornando o mundo pequeno e simultâneo, capaz de ser absorvido em um “giro” rápido (Augé, 2014).

Tal deslocamento permite à geração emergente ver e comparar as narrativas de outros mundos possíveis e modos de viver realizáveis, mesmo que mediatizados (Giddens, 1991). Beck & Beck-Gernsheim (2008) entendem que os jovens, particularmente, ao tomarem conhecimento dessas outras realidades, tomam-se conscientes do abismo existente na distribuição e acesso a diferentes recursos e fazem das expectativas de igualdade o motor de um ativismo político global na forma de redes, no qual se inserem as pautas de uma sociedade de risco, tais como a crise ambiental, as desigualdades entre centro e periferia, o pacifismo, os direitos humanos e civis e as identidades cosmopolitas. Os valores da modernidade como fronteiras, segurança e racionalidade são hoje questionados e dão lugar a uma cosmovisão transfronteiriça e comparativa com linguagens, objetivos e formas de atuar que possibilitam a liberdade de escolha de identidades móveis, circunstanciadas ou “bricoladas”, bem como a vinculação com pautas globais de responsabilidade coletiva como a consciência ecológica e a diminuição das distâncias entre ricos e pobres.

Algumas metáforas como as de relógios, seta ou roda do tempo e colagens têm sido utilizadas para analisar as relações juvenis com a temporalidade e suas implicações nas formas com que jovens lidam com a tradição, as gerações passadas, as instituições, as trajetórias biográficas e o futuro.

Carles Feixa (2000) utiliza a metáfora dos relógios – a ampulheta, o relógio analógico e o digital – para entender, respectivamente, a inserção da juventude nas sociedades pré-industriais, modernas e pós-modernas. Na primeira, a concepção de tempo cíclico orienta a leitura da natureza e da sociedade como cenários da repetição e da circularidade, na qual o papel das novas gerações é o de ratificar os valores culturais e o comportamento das gerações anteriores. Em termos espaciais, a noção de pertencimento

cultural tem como referência o território local onde a rede familiar se ramifica. A segunda metáfora, a do relógio analógico, distingue a sociedade urbana, moderna e industrial, de tempo linear, acelerado e propulsor de mudanças. Nessa concepção do tempo a juventude tem o papel de ruptura/ inovação dos conteúdos culturais, daí a emergência de conflitos geracionais já que as estruturas de autoridade e as modalidades de transmissão cultural se encontram distribuídas entre diferentes instituições (família, escola, igreja, mercado, meios de comunicação de massa) que criam expectativas diferentes sobre o futuro. A socialização dos jovens implica na atribuição de papéis sociais que os situem em uma cartografia social marcada pelas diferenças (econômicas, políticas, étnicas, de gênero), o que possibilita a emergência de uma cultura também diferenciada e específica, a “cultura juvenil”, com códigos estéticos, éticos e de linguagem próprios. Já o relógio digital, típico das sociedades contemporâneas, implica, segundo Feixa, em uma concepção de tempo reprogramado indefinidamente e retomado em qualquer ponto. Os aparatos tecnológicos que caracterizam esse modelo societário, na maioria lúdicos, criam tempos simultâneos que anulam o passado e o futuro, trazendo tudo para um presente que pode se eternizar com o toque em uma tecla. Leccardi chama esse presente de “extenso”, no qual se procura prolongar o período das gratificações e da satisfação (Leccardi, 2014). Feixa destaca que a criação da imagem de um ciberespaço contribui para que a formulação das identidades sociais não esteja mais fixada a um espaço geográfico ou a um grupo social, mas para que elas se processem constantemente no fluxo das redes planetárias de comunicação virtual às quais, teoricamente, todas as gerações e todas as juventudes podem ter acesso.

Outra metáfora utilizada para analisar a configuração temporal da juventude contemporânea chama a atenção para a dicotomia entre a “seta do tempo” e a “roda do tempo” que redesenha as trajetórias juvenis e seus projetos de vida (Calvo, 2011). Se até bem pouco tempo as estratégias juvenis eram do tipo linear, finalista, progressivo e industrial (seta do tempo) e programadas para garantir a futura inserção adulta, hoje tais estratégias se tornam indeterminadas e contingentes, pois as crises no mercado de trabalho retiram as certezas sobre os lugares que os jovens podem ocupar no futuro, seja pela posição de classe social ou pela meritocracia, critérios esses que já não asseguram que os esforços individuais sejam tão rentáveis ou prestigiados. As trajetórias juvenis se constroem, então, por atalhos incertos e aventureiros, muitas vezes calçados pela esperança da sorte e com resultados não previstos. Para Calvo, diferentemente de uma concepção anterior de mobilidade ascendente, hoje o status e a posição dos jovens variam numa heterogeneidade complexa, chamada por

ele de “roda da fortuna”, que dá origem a estratégias juvenis de aproveitar todas as oportunidades e colocar “os ovos em diferentes cestas” (Calvo, 2011: 45).

O uso metafórico dos relógios e das rodas do tempo não indica, no entanto, alerta, que os indivíduos se situem em apenas um marcador do tempo; ao contrário, os autores citados sugerem que o jovem contemporâneo, longe de estar circunscrito a apenas uma temporalidade, a pós-moderna, transita em um mosaico formado por várias heranças históricas e culturais, a partir das quais cria um outro texto geracional. A esse mosaico Feixa chamou de “colagens temporais” (Feixa, 2000), produzidas principalmente pelo contato multifacetado e coetâneo dos jovens com instituições tradicionais como a família e a religião, modernas como a escola e o mercado, e pós-modernas como os meios de comunicação de massa e as novas tecnologias da informação.

Leccardi vai além nesse debate, defendendo que se atualmente há uma visão dominante do tempo, há também formas de resistência e de enfrentamento em relação à pulverização e liquefação presentes na sociedade da aceleração como estratégias reativas e criativas de se “apossar” do tempo e de “ter um tempo para si”; assim, antes de se apostar em uma possível conformidade dos indivíduos em relação ao tempo que foge pelas mãos, seria preferível falar das tensões nos itinerários individuais e coletivos criadas não somente pela ditadura da cultura temporal dominante, mas pela pluralidade de visões e vivências sociais e subjetivas do tempo. A autora sugere o termo “temporalidades híbridas” para caracterizar a bricolagem e a vivência simultânea dos tempos breves sintonizados ao presente tecnológico, com tempos mais lentos da responsabilidade coletiva exigidos para enfrentar os problemas da sociedade de risco como a luta por condições de dignidade e igualdade de direitos, e também com os tempos biológicos longos demandados pela sustentabilidade ambiental e a preservação da vida no planeta (Leccardi, 2014). Assim, em meio ao ritmo da aceleração e da fragmentação se recuperam, segundo a autora, “ilhas” de repetição, comunidade e familiaridade, entrelaçando-se tempos lineares e cíclicos, concretos e abstratos. Aqui, tal como para a escolha das identificações sociais, valeria o princípio da liberdade individual de estabelecer conexões e desconexões diante das diferentes temporalidades.

Ser jovem rural

Os cientistas sociais que analisam os processos de urbanização e de modernização do meio rural, incentivados a partir dos anos 60, destacam que as mudanças ocorridas no

Brasil resultaram na diminuição do isolamento local das populações do campo, principalmente como resultado de políticas públicas de expansão dos serviços de eletricidade, estradas, televisão, telefonia e internet, ampliando as relações de interlocução entre campo e cidade. Para Endlich (2010), os processos de modernização e urbanização permitiram maior fluidez material e imaterial no território nacional, aumentando a produção, mas também o consumo generalizado de mercadorias, ideias e símbolos. Como resultado, verifica-se na atualidade uma “metropolização” das cidades médias e pequenas do interior do país, o que acentua o espraiamento dos fluxos de informação e de matéria.

Na perspectiva de Abramovay (2000) a saturação demográfica e a perda da qualidade de vida nas grandes metrópoles contribuíram para a dinamização dos pequenos municípios (e das áreas agrícolas) que passaram a desempenhar papéis plurais (setor de serviços, por exemplo) e permitiram a intensificação de fluxos comunicacionais e de pessoas. As áreas rurais dinamizadas são aquelas, inclusive, para as quais atualmente afluem moradores das cidades “saturadas” e que impulsionam e maior diversificação econômica, o que pode ser verificado pelo crescimento das ocupações rurais não agrícolas, da pluriatividade e incorporação de novos atores sociais, a exemplo daqueles que exploram atividades do turismo rural e ecológico ou gastronômicas, valorizando a comida “típica” regional. Além disso, incentivos fiscais federais e estaduais atraem o setor industrial, transformando algumas cidades do interior em polos tecnológicos. Nesse cenário, a emergência de postos de trabalhos não agrícolas vem se tornando uma estratégia de reprodução social e econômica para as famílias rurais, proporcionando novas formas de inserção laboral, principalmente aos jovens.

Embora a definição de juventude rural no Brasil tenha um histórico recente, já é possível perceber certo consenso entre pesquisadores que preferem utilizar atualmente os termos juventudes e ruralidades, no plural, para sinalizar a complexidade de situações e contextos que caracteriza o ser jovem na vastidão territorial do país. Essa definição ampliada, dentre outras vantagens, permite questionar a noção de que a população rural – e sua juventude – vive em um mundo temporal da anacronia, da mera repetição dos hábitos ou do atraso tecnológico. Critérios como lugar de nascença e da localização geográfica, sempre serviram, como afirma Sen (2007), para configurar no imaginário social uma demarcação hierárquica de espaços e identidades únicas e monolíticas, criando uma “âncora” cultural à qual os sujeitos estariam presos, obrigados a percorrer o trajeto esperado em seu enquadramento identitário (Sen, 2007). Não é à toa que a noção de “destino” estivesse ligada à juventude rural até bom pouco tempo, denotando a falta de alternativas e liberdade de

escolhas que redundaria em um futuro inescapável nas atividades agrícolas e a perpetuação das condições de pobreza de grande parte da população rural, induzindo inevitavelmente os jovens à migração campo-cidade como forma de ascensão social.

Com a emergência da juventude rural como novo ator social e político no cenário nacional nos anos 90 (Castro, 2009b), esse véu identitário genérico foi retirado. Atualmente uma multiplicidade de categorias é utilizada para se referir aos contextos juvenis não urbanos e que podem privilegiar interpretações de ordem étnica (como “jovens rurais quilombolas” ou “jovens indígenas ruralizados”), de trabalho (“jovens agricultores familiares”, “jovens trabalhadores rurais”, “jovens pluriativos”), situações fundiárias (“jovens assentados da reforma agrária”), ou do ambiente onde o trabalho juvenil se desenvolve (“jovens pescadores marítimos” ou “jovens ribeirinhos”).

Além desses recortes, as análises sobre a juventude rural também denotam as diferenças de escala e de frequência no trânsito rural-urbano a partir da maior ou menor distância física, tecnológica ou simbólica desses jovens em relação às cidades e, no caso do Brasil, minutos, horas e dias de deslocamento são medidas plausíveis para avaliar o grau de distanciamento espacial e temporal entre esses dois mundos. A desigualdade com que as políticas públicas de infraestrutura, como as estradas e a energia elétrica, por exemplo, chegam aos espaços rurais também permite analisar as condições de acessibilidade diferenciada aos recursos urbanos e tecnológicos, sugerindo que há graus diferentes de ruralidade, daí a possibilidade de empregar esse termo no plural.

A sociologia rural brasileira seguiu, até pouco tempo, o modelo interpretativo da hierarquia da cidade sobre o campo, explicando o rural por suas carências ou pela atração “natural” que os jovens, particularmente, sentiam pelo espaço e pelo estilo de vida urbanos. Uma revisão dessa literatura, exigida pelas novas configurações do mundo rural, permite considerar que atualmente ser *jovem rural* ainda pode carregar o peso simbólico dessa posição de submissão em determinados contextos, notadamente aqueles marcados por difíceis condições econômicas e sociais para a reprodução social (Castro, 2009a). Entretanto, a manutenção dessa hierarquia perpetua, por um lado, os preconceitos e relações de subalternidade, nas quais se considera o morar e o trabalhar no campo como condições desvalorizadas cultural e socialmente; por outro lado, essa hierarquia, ainda utilizada como explicação para a migração juvenil rumo às cidades, reiterara a representação desse segmento social como “problema”, pois considera que os jovens, atraídos pelo estilo de vida urbano e “moderno”, sejam responsáveis por eternizar o ciclo migratório e provocar o esvaziamento e “envelhecimento” do campo (Camarano e Abramovay, 1998).

Pesquisas recentes questionam, então, se essa relação determinista ainda é eficaz ou a única chave interpretativa para a compreensão dos projetos de vida e trajetórias dos jovens do campo (Castro, 2009), notadamente nos contextos nos quais já se torna difícil situar os limites entre campo e cidade. Em várias partes do país, em que pesem as disparidades regionais, os jovens estão criando e participando mais efetivamente de redes e movimentos políticos que ampliam os debates e espaços reivindicatórios, tendo ingresso mais facilitado à educação, com ampliação da rede formal inclusive de nível superior em pequenas cidades do interior e tendo acesso aos meios de comunicação e às novas tecnologias da informação (TICs), reconfigurando as formas e oportunidades de aquisição de conhecimentos, sociabilidades, identificação social e fontes de capacitação, lazer e consumos culturais.

Assim, a dinamização em várias esferas da vida social no espaço rural pode ser um fator de grande peso a ser contabilizado pelos jovens que decidem permanecer no campo pois saldos positivos dessa revitalização vêm proporcionando a melhoria de renda e das condições de vida (Weisheimer, 2005). A ampliação das políticas públicas de transferência de renda e dos direitos de aposentadoria rural aos pais e avós desses jovens é outro fator que tem produzido uma reconfiguração econômica das famílias, sendo possível, para muitas delas, arcar financeiramente com o tempo de moratória social dos filhos, principalmente com a finalidade de estudos nas cidades.

Além disso, o meio rural tem sido representado positivamente pelos meios de comunicação de massa seja como lócus de resistência à negatividade dos processos de aceleração social típicos das cidades, seja pela valorização contemporânea das práticas tradicionais ambientalmente mais sustentáveis. Alguns pesquisadores percebem que, mesmo que midiaticizadas, essas leituras chegam aos jovens rurais e diminuem o valor simbólico das cidades como um ideal; assim, o espaço urbano tem sido interpretado pelos jovens rurais por um viés mais utilitarista e instrumental, ou seja, a cidade “serve” para estudar e trabalhar e apenas por um tempo determinado. Stropasolas (2006) constata que uma desmistificação das vantagens associadas às cidades está se processando porque os jovens desejam construir suas trajetórias pessoais e profissionais nos espaços que caracterizam as “pequenas cidades rurais”, nas quais os vínculos familiares e sociais e as temporalidades mais lentas possam ser mantidos e nas quais se pode conseguir “o melhor dos dois mundos”, ou seja, no ponto de interseção entre o rural e do urbano (Carneiro, 2007).

Juventude rural e as temporalidades híbridas

A Zona da Mata de Minas Gerais, onde se realizou a pesquisa, foi até os anos 1980 considerada expulsora de mão de obra adulta e juvenil. Porém, nas décadas de 1990 e 2000, houve um processo de reativação de atividades agropecuárias tradicionais, como a cafeicultura, criação de aves e suínos e expansão dos setores industrial, comercial, de prestação de serviços e de educação que atuaram na retenção da população economicamente ativa, notadamente o segmento juvenil (Paiva e Toma, 2005). A região possui atualmente características de deslocamento curto, indicando que municípios pequenos e médios estão se constituindo como terras de oportunidades de trabalho, notadamente no setor de serviços, e também de estudo, em decorrência das políticas de interiorização do ensino superior no país. Essa é uma primeira diferença entre a geração de jovens entrevistados na pesquisa e a geração dos seus pais e avós.

Talvez respondendo favoravelmente a essa dinamização regional, dos jovens participantes da pesquisa 76% declaram o desejo de permanecer nos municípios de origem, preferencialmente dando continuidade às atividades agrícolas que realizam atualmente na pequena propriedade de suas famílias. Ainda para o futuro há planos para cursar uma faculdade em áreas que incidem prioritariamente nas ciências agrárias. São escolhidas tanto as profissões que denotam a exigência de formação em curso superior, como “médico veterinário” e “engenheiro agrônomo”, como também aquelas que dão continuidade às atividades que eles já exercem, como “continuar agricultor”, “ser um bom produtor rural”, “ser dono do meu negócio como pecuarista de leite”. Os dados apontam que, além do setor agropecuário, os interesses demonstrados pelos jovens recaem sobre a área chamada por eles de “meio ambiente” ou “alguma coisa ligada à natureza”, também com menção a um curso superior.

Embora o desejo de continuidade seja marcante, cabe destacar algumas alterações nos significados profissionais. Em primeiro lugar, essa continuidade vem acompanhada de termos como “gestão profissional” e “empreendedorismo”, citados seja de forma substantivada (“ser empreendedor”), seja adjetivando e qualificando a profissão de agricultor (“agricultor empreendedor”) ou acompanhada de outro adjetivo (“empreendedor de sucesso”). O desejo de obter maior qualificação profissional, inclusive através do ensino superior ou técnico, pressupõe mudanças na condução das propriedades familiares, notadamente em relação aos cuidados com os recursos naturais, daí a ênfase dada pelos jovens ao termo “gestão”. Diferentemente da geração de seus pais e avós, que adotaram

medidas de aceleração da produtividade da Revolução Verde, os jovens participantes da pesquisa enfatizam a alternativa de produção agroecológica, em sintonia com os discursos sobre os riscos ambientais que eles acompanham pela televisão e pela internet ou recebem durante sua formação profissional. Um dos jovens, atualmente cursando Gestão Ambiental, afirma que “antes as pessoas apressavam os processos, usavam produtos artificiais na lavoura, alteravam os ritmos naturais; hoje se valoriza mais os produtos sem agrotóxicos, naturais, e isso leva mais tempo, porque a terra precisa do seu descanso”. Essa mudança de perspectiva indica diferenças geracionais na forma de conceber o tempo da produção e dos resultados dos processos agrícolas, apostando-se em uma temporalidade mais lenta e que, ao contrário de implicar em perdas de retorno financeiro, aponta para a diferença de uma gestão "empreendedora" na busca de mercados dos chamados “produtos naturais”. A continuidade nas atividades agrícolas, nesses termos, significa escapar da repetição dos erros das gerações anteriores e é vista como exercício de liberdade.

A valorização do “natural” é percebida também de forma mais ampla, quando os jovens atribuem ao espaço em que vivem um sentido positivo de tranquilidade e segurança como argumento principal para a decisão de permanência no campo. Os jovens comparam aspectos negativos das cidades como a violência, a falta de tempo, a superficialidade dos contatos como privações de liberdade e menor qualidade de vida. Para uma jovem “a questão do vínculo familiar pesa; ali onde eu moro é como se fosse uma vila, todos os vizinhos são primos, parentes. Já na cidade não é assim”. Influencia essa visão uma vivência de temporalidade social também mais lenta, típica da temporalidade da ampulheta (Feixa, 2000) na qual o parentesco aliado ao sentimento de pertença territorial é um elemento da construção identitária.

Para a imagem da violência urbana são citadas também a poluição do ar e dos rios, o trânsito caótico, o barulho e a agitação das ruas. Outros pontos negativos são a presença do padrão (“não ter padrão” foi citado como ponto positivo do meio rural), custo de vida alto (em oposição ao baixo custo de vida no espaço rural) e a dificuldade de fazer amizades. Juntos, esses pontos negativos explicam porque a cidade, na visão dos jovens rurais, é um espaço de ausência de liberdade e tempo. Essa falta está relacionada a ter “que vender seu tempo para o padrão”, ao tempo perdido no trânsito e a ter que conviver com todo o tipo de poluição. Em algumas das respostas, os jovens indicam a “violência que a TV mostra”, mas também a “violência que a gente vê aqui perto mesmo”, ou seja, nas cidades próximas com as quais eles estabelecem um trânsito cotidiano para, entre outras coisas, frequentar as escolas. Nesses trânsitos os jovens rurais entram em contato com o estilo de vida urbano e embora enalteçam

um número maior de facilidades disponíveis aos jovens da cidade, como oferta de dispositivos e espaços culturais, por exemplo, a vivência com a temporalidade urbana mais acelerada não passa despercebida: “lá tem hora pra tudo”.

Na visão dos jovens entrevistados as diferentes temporalidades vividas no campo e nas cidades implica ainda em uma escala valorativa no que concerne às responsabilidades juvenis individuais e coletivas. Jovens que trabalham na atividade sazonal da colheita de café fazem questão de enfatizar que “trabalham desde crianças” e com o dinheiro da “panha” negociam com a família a compra de bens de consumo (telefone celular, computadores e motos) típicos da mobilidade espaço-temporal da sociedade contemporânea e que os fazem se sentir “iguais” aos jovens urbanos. No entanto, se destaca também uma identificação dos jovens rurais com a temporalidade das atividades da família, na medida em que a inserção do trabalho infanto-juvenil na propriedade familiar implica em corresponsabilidade com os ganhos financeiros de todos; além disso, o trabalho na agricultura, não ritmado pelos relógios, segue a temporalidade biológica dos processos naturais: “a gente tem que colaborar desde muito cedo porque o café não espera no pé”. Os jovens urbanos, pelo viés comparativo, “são mais folgados, usam o tempo só pra curtir. É até injusto com os pais”, afirma um entrevistado.

Essa responsabilidade surge ainda nos cuidados diários que as atividades com ciclos biológicos demandam desses jovens. Uma jovem de 20 anos, comparando-se às jovens urbanas e suas disponibilidades para “curtir as festas”, afirma que seu tempo é muito diferente porque na propriedade de sua família ela é responsável pelo tratamento dos pequenos animais, “que comem, bebem água e devem ser recolhidos todos os dias, não tem sábado, domingo, feriado que eles ficam sem comer”. Considerando a situação engraçada e rindo, ela pondera: “tenho que negociar com minhas galinhas para poder frequentar as festas ou passar um fim de semana fora”. O que poderia ser interpretado como falta de liberdade individual, no entanto, é relativizado por um valor positivo de responsabilidade coletiva, pois segundo a jovem “alguém no mundo tem que produzir alimento, não é mesmo? Se os jovens forem todos embora para as cidades, o que é que todos vamos comer?”

A partir dessas falas juvenis, os dados da pesquisa nos levam a considerar as temporalidades rurais a partir de uma configuração híbrida, na qual diferentes formas de viver as ruralidades se conectam. O tempo da agricultura familiar, da agroecologia como alternativa empreendedora contemporânea, do cuidado com os animais ou das atividades sazonais convivem com o tempo da escola, das políticas públicas, do trânsito cotidiano com as cidades e seus ritmos, bem como com o acesso mais ampliado às tecnologias da

informação, comunicação e transporte que induzem a processos de aceleração social. De forma mais acentuada entre esses jovens rurais, velocidade e lentidão são registros temporais do cotidiano que colam tempos biológicos e tempos sociais nas atividades do trabalho, nas relações geracionais, nas responsabilidades familiares e globais e também na forma como avaliam e diferenciam os espaços físicos e simbólicos percorridos nessa cotidianidade.

A valorização positiva de uma temporalidade mais lenta orienta a narrativa das trajetórias biográficas desses jovens conectando continuidades e discontinuidades entre, por um lado, o passado, o presente e o futuro, principalmente quando avaliam as trajetórias familiares e tecem novas formas de gestão dos processos produtivos e ambientais da propriedade familiar; por outro lado serve como escala valorativa para uma identificação com as responsabilidades coletivas que emergem do contato mais fluido entre o local e o global, dentre as quais se destacam as consequências da crise ambiental em virtude da aceleração artificial dos tempos biológicos.

O tempo emerge, então, na grade de valores desses jovens, como chave reflexiva para demarcar escolhas, diferenças intra e intergeracionais e para se posicionar diante do mundo não pelo discurso da vitimização das desigualdades sociais, mas como agentes, na acepção de Sen, que argumenta sobre a liberdade de escolha mesmo que essa escolha aparente condição de repetição e circularidade. Seria mais apropriado, nesse caso, utilizar a metáfora de uma espiral do tempo, tal como proposto por Leccardi (2014), para demarcar essas trajetórias juvenis no sentido de que elas retomam a circularidade, mas com história, caracterizando uma rotina com transformação.

Embora a pesquisa realizada tenha seus limites e seus resultados não possam ser generalizados para todos os contextos de ruralidades em que os jovens estão imersos, ela aponta, no entanto, para a necessidade de aprofundar o tema das temporalidades juvenis rurais contemporâneas nas quais computadores, motos, relações face a face, festas, pés de café e galinhas são igualmente importantes.

Referências bibliográficas

- AUGÉ, Marc (2014). *O antropólogo e o mundo global*. Trad. de Francisco Morás. Petrópolis: Editora Vozes.
- BAUMAN, Zigmunt (2007). *Tempos líquidos*. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BECK, Ulrich e BECK-GERNSHEIM, Elizabeth (2008). *Generación global*. Trad. de Richard Gross. Barcelona: Paidós.

- CALVO, Enrique Gil (2011). “A roda da fortuna: viagem à temporalidade juvenil”, In: PAIS, José Machado; BENDIT, René; Ferreira, VITOR, Sergio (Orgs.). *Jovens e rumos*. Lisboa: ICS.
- CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOVAY, Ricardo (1998). “Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos”. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 15, n. 2.
- CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.), (2007). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad.
- CASTELLS, Manuel (2000). *A Sociedade em rede*. Trad. de Roneide Venâncio Majer São Paulo: Paz e Terra.
- CASTRO, Elisa Guaraná de et al (2009a). *Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR.
- CASTRO, Elisa Guaraná de (2009b). “Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político”. In: *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y juventud*, 1 (7).
- ELIAS, Norbert (1989). *Sobre el tiempo*. Madrid: Fondo de Cultura Económica.
- ENDLICH, Ângela Maria. “Perspectivas entre o urbano e o rural”. In: SPOSITO, M. Encarnação e WHITACKER, Arthur (Orgs.), (2010). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular.
- FEIXA, Carles (2000). “Generación @: La juventud en la era digital”. In: *Nómadas*, nº13.
- LE GOFF, Jacques (1992). *História e Memória*. Trad. de Bernardo Leitão Campinas: Editora da Unicamp.
- LECCARDI, Carmen (2010). “La juventud, el cambio social y la familia: de una cultura ‘de protección’ a una cultura ‘de negociación’”. In: *Revista de Estudios de Juventud*, nº 90.
- LECCARDI, Carmen (2014). *Sociologías del tempo – sujetos y tempo em la sociedad de la aceleración*. Trad. Ana María Yévenes Ramírez. Santiago: Salesianos Impresores S.A.
- LYOTARD, Jean-François (1986). *O pós-moderno*. Trad. de Ricardo Corrêa Barosa Rio de Janeiro: José Olympio.
- RICOEUR, P. et all (1975). *As culturas e o tempo*. Trad. de Gentil Titton, Orlando Reis e Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis (RJ): Editora Vozes; São Paulo (SP): EDUSP.
- SEN, Amartya (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras.
- SEN, Amartya (2007). *Identidade e violência - a ilusão do destino*. Trad. de Maria José de la Fuente Lisboa: Tinta da China, 2007.
- STROPASOLAS, Valmir Luiz (2006). *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- WEISHEIMER, Nilson (2005). *Juventudes rurais: mapa de estudos recentes*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.